

A DITADURA MILITAR BRASILEIRA CONTRA O POVO SATERÉ-MAWÉ DA AMAZÔNIA¹

THE BRAZILIAN MILITARY DICTATORSHIP AGAINST THE SATERÉ-MAWÉ PEOPLE OF THE AMAZON

Recebido em: 30/05/2024

Reenviado em: 02/09/2024

Aceito em: 12/09/2024

Publicado em: 01/10/2024

Renan Albuquerque¹ 

Universidade Federal do Amazonas

Sueli do Nascimento² 

Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium

Isaias dos Santos³ 

Universidade Federal do Amazonas

Tânia Regina Zimmermann⁴ 

Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul

Resumo: O artigo é investigação colaborativa entre acadêmicos não indígenas e anciãs/anciãos do povo Sateré-Mawé da Terra Indígena Andirá-Marau, Estado do Amazonas. A meta foi investigar impactos da ditadura militar brasileira sobre a etnia, do Estado do Amazonas, Norte do Brasil, a partir de três categorias ancestrais de tratamento: rituais, rezas e caçadas. Pressupostos teórico-metodológicos ancorados à decolonialidade (e sua antítese anti-decolonialidade) orientaram a análise. Resultados sugerem que Grandes Projetos de Investimentos (GPIs), que têm em si teor desenvolvimentista, foram realizados no âmbito do regime militar (1964-1985) e concorreram para a geração de efeitos controversos, se não negativos, à etnia em destaque. Esses GPIs foram ação geopolítica universal, em plena Guerra Fria, então impetrada pelos EUA e aliados, em diferentes graus em todo o planeta. A imposição atingiu ao Brasil e mais especificamente a povos originários das terras baixas da América do Sul que adensam a Amazônia Central brasileira. Concluímos que os Sateré-Mawé foram impactados de modo amplo por causa de ações de governos militares do Brasil, o que gerou problemas aos nativos do bioma. Isso, inclusive, foi fator determinante para frear supostas ações de reconstrução de indianidades amazônicas segundo bases decoloniais, que serviriam para enfrentar apagamentos históricos promovidos pelo regime.

Palavras-chave: Povo Sateré-Mawé; Ditadura militar; Amazônia; Brasil.

¹ Professor Associado II da Faculdade de Informação e Comunicação da Universidade Federal do Amazonas (FIC/Ufam). E-mail: renanalbuquerque@hotmail.com

² Pós-Doutoranda em Educação pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) - Apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (Capes); "Bolsista Capes/Brasil". Doutora em Educação pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Filosofia e Ciências da Unesp (Campus de Marília/SP). E-mail: sueli.nascimento@unesp.br

³ Mestre em Educação pela Saint Alcuin of York Anglican College/Chile. Pesquisador/cientista do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Ambientes Amazônicos da Universidade Federal do Amazonas - NEPAM/CNPq. E-mail: isaiasantos454@gmail.com

⁴ Pós-doutora em História (Universidade Federal do Paraná e pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná), doutorado em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: tania22@uems.br

Abstract: The paper is the outcome of collaborative research involving non-Indigenous researchers and ancients of the Sateré-Mawé people. The paper aimed to investigate the impacts of the Brazilian military dictatorship on the Sateré-Mawé indigenous people, from the State of Amazonas, in Northern Brazil, in the Central Amazonbased, on three ancestral categories of treatment: rituals, prayers and hunting. The theoretical-methodological assumptions anchored to decoloniality (and its anti-decoloniality antithesis) guided our methodological analysis. The results suggest that the Large Investment Projects (GPIs, Brazilian acronym), which have a developmental content in themselves, were carried out under the military regime (1964-1985) and only contributed to generating controversial, if not negative, effects on the Amazonian ethnic group. highlighted. These GPIs were a universal geopolitical action, in the middle of the Cold War, then implemented by the USA and its allies, to different degrees across the planet. The imposition affected Brazil and more specifically the indigenous people of the lowlands of South America who densify the Brazilian Central Amazon.

Keywords: Sateré-Mawé people; Military dictatorship; Amazon; Brazil.

INTRODUÇÃO

O artigo almejou explorar e descrever impactos da ditadura militar brasileira (1964-1985) entre indígenas do bioma Amazônia (ALBUQUERQUE, 2019). Como enfoque particular, foram analisadas implicações na constituição cosmológica da mais populosa etnia da Amazônia Central, os Sateré-Mawé, habitantes da terra indígena (TI) Andirá-Marau, no Estado do Amazonas. A decisão de escolha de três categorias (rituais, rezas e caçadas) foi circunstanciada pelo fato de que, além de mediar em boa monta a cosmologia da etnia, são constituintes do processo de formação da hierarquia clânica dos Sateré-Mawé (SATERÉ; ALBUQUERQUE; JUNQUEIRA, 2021). E a hierarquia clânica dos Sateré-Mawé se utiliza de estatutos totêmicos, denominados segundo plantas e bichos, para mediar a política desses povos indígenas, que por sua vez é orientada a partir da força simbólica dos próprios clãs. Trata-se, pois, de enlace sistêmico, sobremaneira porque a partir da pertinência dos rituais, das rezas e das caçadas é possível perceber a existência de uma perspectiva circular, de eterno retorno, da cosmovisão Sateré-Mawé.

A constituição cosmológica dentro dessas esferas foi sublinhada porque tende a abranger constituintes físico e psíquico da etnia (ALBUQUERQUE *et al.*, 2016). Partimos do fato de os Sateré-Mawé sofrerem violências manifestas e latentes devido a perseguições contra seus modos de vida e ataques direcionados a suas esferas humanas no decurso do último Estado de exceção brasileiro, de 1964 a 1985. A hipótese é que ações da ditadura concorreram para embarreirar experiências formativas e intergeracionais da nação étnica em estudo (RODRIGUES, 2014). Dentro desse contexto hipotético, salientamos ações do regime a partir da denominação de Grandes Projetos de Investimento (GPIs).

Exemplo de GPI operacionalizado contra os Sateré-Mawé acerca do qual nos debruçamos deu-se partir da empresa francesa de exploração de recursos naturais Elf

Aquitaine, que conseguiu o direito de agir de maneira “degradante e criminosa ao utilizar todas as formas de tecnologia para cartografar e identificar o que era de seu interesse [na TI Andirá-Marau], deixando um rastro de destruição no Baixo Amazonas” (SATERÉ; ALBUQUERQUE; JUNQUEIRA, 2021, p. 126). “[A empresa] mudou totalmente e vida dos Sateré-Mawé. A Elf Aquitaine não foi obrigada pela Justiça brasileira a pagar nenhum montante significativo a título de atenuante pelo desastre [na TI Andirá-Marau]” (IB., *op. cit.*).

A citação diz respeito ao fato de que, durante 1981 e 1982, a firma sediada na França foi incentivada pelo governo ditatorial do Brasil e instalar equipamentos de escavação para encontrar combustível fóssil na terra sacra dos Sateré-Mawé, tendo em vista prospectar e retirar petróleo cru do Andirá-Marau. “A atitude tornou os donos consuetudinários das terras em vítimas e trouxe prejuízos irreversíveis” (IB., *op. cit.*).

Além da questão da empresa Elf Aquitaine, pressupomos que efeitos de GPIs se deram a partir de ameaças diretas e indiretas contra aqueles que eram contrários às obras extensivas, as quais no limite engendraram torturas e mortes correlacionadas aos agentes da repressão e seus aparatos ditatoriais. No entanto, tais fatos estão em aberto de serem reconhecidos e não foram totalmente investigados pela Comissão Nacional da Verdade (CNV), apesar de importantes informações já serem de domínio público (FIGUEIREDO, 2011).

A CNV foi órgão criado pela Lei 12.528, de 18/11/2011, que encerrou atividades em 10/12/2014, entregando *Relatório Final* em três volumes, subdivididos em i) A Comissão Nacional da Verdade, ii) As estruturas do Estado e as graves violações de direitos humanos e iii) Métodos e práticas nas graves violações de direitos humanos e suas vítimas. Ou seja, problemáticas inerentes a violências contra povos originários no Brasil devem ser melhor contextualizadas.

Ainda que somente perscrutados em parte, depoimentos e ofícios sobre período que vai de 01/04/1964 a 30/03/1985 já foram agregados no *Relatório Final*. Pela CNV, rebatimentos psicofísicos da ditadura a povos originários como um todo integraram reflexões fidedignas. Portanto, o debate proposto possui lastro segundo trabalhos anteriores com dados já divulgados (SCHWADE; REIS, 2014), mostrando-se singular na educação e conscientização de gerações do agora e do futuro, para que um passado criminoso não se repita.

No artigo, foram ponderados rituais, rezas e caçadas Sateré-Mawé/AM, os quais se mostraram como categorias em lacuna em parte pelo tratamento dado pela CNV, que foi finalizada precocemente. Assim sendo, buscamos verificar em que medida o regime autoritário efetivou achaques e abusos a essas três importantes práticas categóricas da etnia. Investigamos atos financiados, incentivados ou realizados pela própria ditadura ou terceiros.

ENFOQUE TEORICO-METODOLOGICO

O problema foi balizado por sistemáticas segundo Bourdieu (1989) e confluências, como escritos de Benjamin (1987), Deleuze e Guattari (1997) e Viveiros de Castro (2002), quando tratam relações entre educação, comunicação e memória. Aportes a conceitos de decolonialidade (WALSH, 2005, 2017) e insurgência (MIGNOLO, 2017), associados a lutas de povos pré-conquista em suas ações de resistência, foram veiculados no sentido de apontar o quanto atos antidecoloniais de militares tiveram consequências efetivamente perniciosas.

A metodologia foi qualitativa, com etnografia continuada e referenciada segundo diários de campo e vivência participativa junto a lideranças indígenas Sateré-Mawé da TI Andirá-Marau. Procedimentos de coleta partiram de registros documentais e entrevistas registradas com João Sateré e Josias Sateré, que durante três anos e meio (de início de 2018 a meados de 2021) se dispuseram a dialogar com o primeiro autor deste artigo. Os diálogos foram transcritos e a degravação se deu com leitura flutuante deles. Coautoras e coautor, em seguida, auxiliaram na interpretação das questões a partir de leitura inferencial. Comunicações avaliadas se deram especificamente acerca da temática dos GPIs e seus rebatimentos na época da ditadura brasileira.

O tratamento do corpus permitiu anotar significâncias ancoradas a materialidades e imaterialidades Sateré-Mawé, sobretudo porque João e Josias (pai e filho) são lideranças ativas do povo do Andirá-Marau e se dispuseram a expressar temáticas históricas que dizem muito da etnia, relacionadas a tempos idos de décadas do regime ditatorial do Brasil. Pai e filho fundaram em 2020 a Associação Kapi, formada por grupo de líderes do clã sateré (lagarta), com intuito de defender interesses e reconstruir memórias a partir de narrativas entre velhos.

Partindo-se de análises léxico-semânticas, o artigo levou em conta atos manifestos, declarados e percebidos, e também atos latentes, subentendidos e não-ditos. A coleta de informações junto a lideranças clânicas foi classificada por importância (frequência e co-

ocorrência) e profundidade (circunstância e conjuntura). Além das falas de João e Josias Sateré, diálogos com caciques, tuxauas, pajés e educadores Sateré-Mawé, os quais muitas vezes acompanharam nossas conversas, também balizaram a discussão.

Miramos nos fatores respeito e alteridade para realizar uma etnografia mediada por valores e crenças Sateré-Mawé, com tom assumidamente decolonial. Partimos de bases epistemológicas étnicas para entender a relação nativa com a sociedade branca. O tratamento dos dados também se deu mediado por similar tendência, pois resultados são descrições em razão de pensamentos e sentidos sobre impactos da ditadura capturados a partir de reuniões em que fazíamos entrevistas livres e consentidas.

Três vertentes foram abordadas: rituais, rezas e caçadas. Pontos de discussão representaram dinâmicas relacionadas à educação e comunicação i) da constituição cerimonial de pessoas (rituais), ii) de espíritos (rezas) e ii) de corpos em trânsito (caçadas). A construção de saberes cosmológicos Sateré-Mawé foi vista igualmente por marcação educacional e comunicacional de membros da etnia, incluindo-se nativos que foram cooptados para trabalhos em regime de exploração ambígua de bens naturais (RODRIGUES; TRINDADE; BITTENCOURT, 2016).

RITUAIS E REZAS

Estas duas categorias Sateré-Mawé que dão título ao tópico foram observadas em conjunto porque a primeira se relaciona e precede à segunda para a etnia. São questões interligadas. Entre a nação do Andirá-Marau, rituais contêm em si esteios de rezas e estas medeiam situações ou pessoas dentro de planos cerimoniais ritualísticos. Os planos envolvem psicodramas e complexidades cênicas (SATERÉ; ALBUQUERQUE; GORDIANO, 2022) dentro de contextos cosmogônicos que, entre demais serventias, marcam integrações étnicas de iniciados e não iniciados, ou seja, indígenas e não indígenas.

Em um passado ancestral (CLAIDE; GÓES, 2012), rituais e rezas acolheram indígenas exilados por opção ou necessidade do Nusokén, antigo Reino da Mundurukânia, um grandioso ambiente imemorial ora localizado onde hoje é a declarada TI Andirá-Marau, divisa do Amazonas com o Pará. Também ancestralmente existiam *yawnias* (famílias ou clãs) Sateré-Mawé retirantes, que adentravam as matas e se apartavam por completo de seus grupos originais, temporária ou definitivamente, por conflito ou livre escolha. Ao observarem obstáculos do tipo, lideranças agiam para debelar contendias e selar unidades étnicas,

contrapondo-se a esses movimentos. Para tanto, as duas categorias eram realizadas em modo cerimonial.

A prática ganhou reconhecimento nos séculos XVIII e XIX, quando negros e caboclos (mestiços) fugidos da violência, da fome e da escravidão colonialista buscavam guarita no Andirá-Marau. Essas populações integravam e fortaleciam os Sateré-Mawé após passarem pelos mesmos rituais e rezas memoriais da etnia (SATERÉ; ALBUQUERQUE; JUNQUEIRA, 2020). Rituais e rezas, diga-se por precisão, extremamente educativos, comunicativos e espiritualísticos. Era, assim sendo, a continuidade em tradição de uma prática histórica mantida ao longo de tempos. No século seguinte, já em plena ditadura militar e por causa dela, a perspectiva escalou e tornou-se notória e problemática: foi no período que o maior contingente de negros e caboclos da história nacional — saídos de suas terras natais Brasil afora, por incentivo do Estado com aderência à política não planejada de ocupação do bioma — tornou-se acolhido pelos Sateré-Mawé via rituais e rezas.

Se, portanto, historicamente é patente e estabelecida a importância de rituais e rezas Sateré-Mawé para a receptividade de forasteiros, a solidariedade a migrantes e a incorporação de não indígenas à força clânica da etnia, esses mesmos rituais e rezas sofreram efeitos controversos justamente por causa da ocupação acelerada em territórios nativos amazônicos. A propaganda de “integrar para não entregar a Amazônia” potencializou não só migrações, como supomos, de pretos e pardos em situação de extrema pobreza, que tinham alguma identificação ante os Sateré-Mawé, mas de brancos subletrados e escravagistas, não raro com ideais salvacionistas, oriundos de comunidades amalgamadas pela cultura do desenvolvimentismo e do protosupremacismo. Os brancos ora pregavam liberalismo econômico, influxo cultural nativo e desapareço à democracia. Com isso, fortaleceram-se grandes projetos de investimento (GPIs) a viabilizar ainda mais migrações com finalidades de efeitos opostos ou mesmo negativos, e essas bolhas de migração fomentavam caos em toda cadeia de eventos peculiares dentro da conjunção cosmológica Sateré-Mawé.

GPIs e migrações enviesadas por mentalidades desenvolvimentistas e protosupremacistas, tal o apontado, geraram pressões socioambientais e psicossociais no contexto de práticas de rituais e rezas, fragilizando a etnia. Foram alinhamentos exógenos de teor preconceituoso, a difundir arremedos e confrontações dentro de constituições, confrontando a hierarquia clânica na TI Andirá-Marau. A dinâmica, amparada pela ditadura militar, enredou processos de apagamento da nação pré-colombiana, reforçando racismos e

condenando indígenas a pelo menos três décadas de inúmeras incertezas e fragilidades. O ônus da situação recaiu sobre o militarismo porque se potencializou no inconsciente coletivo nacional o pensamento de submissão de países explorados do sul global ante a colonização de nações nortistas. Contra os Sateré-Mawé, especificamente, o racismo financiado pela migração lastreada pelos GPIs operou por meio de lógica semelhante, anticolonial, desumanizadora, para que a exploração fosse moralmente aceitável.

Os GPIs da ditadura, a nosso ver, foram estopins de ação para a fragmentação da constituição identitária dos Sateré-Mawé por meio dos impactos em rituais e rezas, dificultando diretamente a transmissão de conhecimentos dos velhos. O pertencimento decaiu em razão da banalização de histórias conjuntivas de famílias ancestrais. As famílias eram clãs que marcavam afirmações por padrões de comportamento e saberes. Tendiam a repassar informações tradicionais em apoio receptivo a migrantes. O equívoco maior foi acreditar na miscigenação do povo brasileiro enquanto retrato das supostas generosidade e tolerância de elites hegemônicas defensoras da ditadura — que ainda no presente agem radicalmente contra os Sateré-Mawé, achacando-os em favor de formas de governo e poder antidemocráticas e anticoloniais (SAWAIA; ALBUQUERQUE; BUSARELLO, 2021). Essas elites hegemônicas mostraram-se como financistas de preconceitos intersubjetivos e estruturais profundos (SOUZA, 2021).

A fraude ética contra povos indígenas da Amazônia Central foi resultado de adornos colonialistas que colocavam povos das terras baixas da América do Sul em limbos existenciais. Criou-se, assim, corriqueira percepção de que não eram inteligentes e virtuosos tanto quanto apoiadores do regime (ID., *op. cit.*). Eis os conflitos da ditadura militar brasileira entre indígenas Sateré-Mawé no âmbito dessas duas categorias nativas.

CAÇADAS

No que tange às caçadas, há uma consciência histórica a mover atos alimentares Sateré-Mawé envolvendo caçador e caça. Essa consciência também agrupa caçador e caça como parte de um todo metahumano (ALBUQUERQUE *et al.*, 2018). Ela ampara as caçadas porque as regula para que funcionem como procedimento ritual próprio a enchimento de barriga e de cabeça, com boas comidas selvagens, diferente de atos de esvaziamento, afeitos a comidas industrializadas. E foi no contexto da ditadura militar que exatamente essa disputa entre comida boa e comida ruim para corpo e mente se estabeleceu, quando invasões do

militarismo a territorialidades indígenas do Andirá-Marau comprimiram em demasia o potencial uso de áreas de mata para abate e coleta proteicos (ALBUQUERQUE; JUNQUEIRA, 2017).

A consciência histórica engloba articulações importantes entre predação e comensalidade para povos indígenas (PAIVA *et al.*, 2019) porque movimentou desde sempre, até antes do regime de exceção, robustos contrapontos ao falseamento alimentar ocidentalista. Este foi um falseamento imposto pela pirataria do Velho Mundo, que pretendia reconformar a economia da comida e criar cimeiras entre as amazonidades e as coisas das gentes do Andirá-Marau. Com a ditadura, entraves inerentes à predação e comensalidade se avolumaram.

A instalação de contrapontos nesse sentido foi iniciada após invasões na costa e nas regiões centrais do Brasil por portugueses, espanhóis, franceses, holandeses e ingleses nos séculos XVI, XVII e XVIII. Na Amazônia Central, demorou um pouco mais a acontecer. Porém, teve avanço no século XIX e na primeira metade do século XX, apesar de forte resistência dos Sateré-Mawé. Após 1960, todavia, deu-se período em que transformações estiveram em curso (e continuam na atualidade), pois a etnia teve de enfrentar a força armamentista anticolonial militar com suas sanhas desenvolvimentistas e protosupremacistas (SCHWADE; REIS, 2012). O poder de fogo do regime era maior, sobretudo durante a Guerra Fria e de 1964 em diante, quando as Forças Armadas deram o golpe de Estado e passaram a incentivar o terror anti-indígena com o AI-5 (BAINES, 1991; RODRIGUES; FEARNESIDE, 2014).

Interessa salientar que a consciência histórica diz respeito, em uma vertente, a preparações ainda antes do nascimento de infantes e também à geração de estatutos de caça nos primeiros anos dos Sateré-Mawé. E justamente isso foi problematizado pelos militares. Embates se iniciaram em aldeamentos por incentivadores da ditadura para que esses processos de transformação fossem estancados. Mas a transformação da criança em boa guerreira e boa comedora de caça não se interrompeu de todo. Houve disputa em batalhas nas matas para que o período pós-natal permanecesse sendo crucial à definição do tipo de caçador que um bebê seria no futuro. Enquanto pai, mãe e parentelas diretas concentravam esforços para formar guerreiros ativos em seu papel social dentro da etnia, militares davam de ombros e não se importavam em incendiar aldeias e envenenar ou empalar grupos originários inteiros (BAPTISTA, 1981). Como resposta, matanças de brancos também se davam com violência.

Não só à nação Sateré-Mawé o fortalecimento do princípio vital de crianças para caçadas é valoroso. Os Parakanã passam temporadas a massagear os pequenos em operações que intentam moldar corpos para ficarem fortes e ágeis. Os Kaxinawá realizam trabalho durante e após a gravidez em busca de tornar futuros guerreiros invisíveis a males e espíritos da mata (MCCALLUM, 1996). Fazer-se forte para a busca de comida boa é singular, portanto, e fundamental a diversos povos originários. São atividades que dizem respeito não apenas à criança. O pai tem de passar por formação idêntica após nascimento do filho, como se fosse um tipo de atualização para as caçadas.

É imperioso frisar que problemas no processo de formação podem fazer com que o pai seja amaldiçoado na integração de rituais, rezas e caçadas. Os Guarani Ñandeva denominam de *odjepotá* a maldição que paira sobre o genitor (SCHADEN, 1974). Os Sateré-Mawé também creem que o mal do pai pode ser repassado a bebês, sobretudo por parentela direta: doenças do pai se difundem por ejaculação, na relação sexual conceptiva de guerreiros, por exemplo, caso o genitor esteja em estado de sofrimento causado por traumas de gerações anteriores. O mal é ensejado por patrilinearidade. Contra isso, a consciência histórica permite aos Sateré-Mawé agir conforme recomendações de resguardo paterno para o bem das caçadas.

Uma delas é a de que não se deve ir em busca de bichos nos dias seguintes ao nascimento do/a filho/a, por causa da perseguição de uma monstruosidade da mata, a *tapirayawara* (anta-onça-cachorro). Se o resguardo for desrespeitado por parte do pai, guerreiros não matarão nada e terão alucinações devido ao odor da *tapirayawara*. Ela é uma entidade sagrada, entre demais existentes, a assombrar caçadores que profanam tradições inerentes à relação sexual conceptiva. Possui aparência nefasta e vínculo às divindades da etnia. Se um caçador quiser sangrar ou esfolar um bicho durante o resguardo, algo intenso se apossará de seu corpo, gerando a ele circunstância febril produzida por sensações de descargas da presa abatida. É como se fosse operada uma vingança dos bichos contra as gentes Sateré-Mawé. A revanche animal se dá ainda por meio da panema e da mofina, componentes da ontologia dos sofrimentos dos caçadores do Andirá-Marau.

Panema e mofina são estados confirmados por encontros pragmáticos com a *tapirayawara* em um mundo particular, o das caçadas. Significa dizer que a alimentação é, assim, determinante até mesmo para a criação de necessidades ou regras de parentela e quicã de parentesco (de clãs), posto ser disposta em quadros cosmológicos e a disposição integrar

míticas e simbologias de rituais e rezas, como em uma tríade encadeada, tal qual destacam Paiva *et al.* (2021), a classificar as partes de um animal caçado.

Santos *et al.* (2016) também contam sobre partes indignas, partes dignas e partes apropriadas à alimentação. Segundo esses estudos, se um guerreiro do Andirá-Marau encontrar pelo caminho um animal morto, eviscerado e destroçado, é melhor não consumir porque atrai desgraça ou vingança da *tapirayawara* contra si, sua casa e sua família. A mostruosidade escolheria aviltar as relações sexuais do caçador para se alimentar em retaliação à coleta de bichos já comidos por outrem na mata. Portanto, parece óbvio que caçadas, além de rituais e rezas, são consequências de predações e canibalismos, mas também de atos comensais. É quando são marcados planos existenciais da nação Sateré-Mawé.

De tal maneira, ao forçar a desvinculação da respeitabilidade às caçadas a partir da degradação de terras primárias e da ressemantização da gramática primitiva das gentes e dos bichos, a ditadura revelou-se perniciosa e fragmentadora de potente cultura ancestral (RODRIGUES; TRINDADE; BITTENCOURT, 2016). A qualidade deletéria dos governos militares, como tentamos supor, adveio de GPIs e da migração compulsória de pessoas orientadas por desenvolvimentismos e protosupremacismos, a operarem lógicas antidecoloniais e desumanizadas.

ÍMPETO ANTIDECOLONIAL

Quando falamos de ímpeto antidecolonial sublinhamos movimento geopolítico universal, em plena Guerra Fria, então impetrado pelos Estados Unidos e aliados em diferentes graus em todo o planeta. Esse ímpeto atingiu ao Brasil e mais especificamente aos indígenas das terras baixas da América do Sul que adensavam a Amazônia Central. Os problemas na ditadura se davam, a rigor, na promoção de devastações em enormes áreas de sociedades do bioma via GPIs, mediante atos de aniquilação a ecossistemas nativos, replicando ideias de que natureza e cultura eram ambiguidades e mesmo classes rivais dentro de uma floresta tropical úmida inanimada por vontades conscientes, fossem de povos pré-conquista ou da fauna e flora que compunham regiões.

A perspectiva vilipendiava tanto rituais e rezas quanto caçadas, como sugerimos, a partir de instituição nacionalista, as Forças Armadas (FFAA), e segundo economia de inteligibilidade ditatorial múltipla, via atividades antidecoloniais à brasileira, em diferentes ordenamentos dentro do Andirá-Marau. A intenção do regime de deflagrar migrações e planos

desenvolvimentistas na Amazônia Central era incentivada até mesmo a partir de ordens relatadas pela Central Intelligence Agency (CIA). Tomemos, por fato, mandado de atividade direcionado a militares de nosso país, em reunião de março de 1974 (BRAZIL SECRET/CIA, 1974, p/única-online), em que participaram general Ernesto Geisel, recém-empossado presidente biônico, general que estava deixando o comando do Centro de Informações do Exército (CIE), general que viria a sucedê-lo e general João Figueiredo, indicado por Geisel para o Serviço Nacional de Inteligência (SNI), órgão de repressão e orientador de GPIs, determinante para atividades de depopulação indígena e extração de recursos naturais na Amazônia.

Na reunião, generais do CIE e SNI informam oficialmente a Geisel da execução por tortura, de modo sumário, de 104 pessoas, entre indígenas e não indígenas, em todo o Brasil, durante o governo Médici. Na discussão, é pedida autorização para continuar a política agnotológica de avanço dos militares na Amazônia. Geisel explicita relutância e pede tempo para pensar. Noutro dia, autoriza Figueiredo a prosseguir com a política, mas com cautela. Primeiro, “apenas subversivos perigosos” devem ser “executados”. Segundo, o CIE não mataria a esmo e o Palácio do Planalto, na figura de Figueiredo, teria de aprovar cada decisão. Quanto à Amazônia, vislumbrada pelo slogan “integrar para não entregar”, lema do militarismo, seriam ampliadas atividades energéticas e minerais com livre avanço sobre terras indígenas (ALBUQUERQUE, 2019).

A reunião é um indício do envolvimento da cúpula do regime com a política antidecolonial em áreas ancestrais na Amazônia. O relato da CIA foi endereçado a Henry Kissinger, na época secretário de Estado dos EUA, que montou atos de aproximação diplomática com Geisel. Kissinger entendia o bioma como propriedade mundial e laboratório a céu aberto, pronto à exploração, devastação e subsídio rentista do megaempresariado privatizador.

Porquanto, parece nítido que se seguiram dialéticas de aniquilação de rituais, rezas e caçadas Sateré-Mawé por asfixia a simbolismos decoloniais, conforme intendência dos EUA e com subserviência ideológica da ditadura brasileira. A asfixia concorria para ações verticais, “[...] de modo tutelar, deixando severas consequências a indígenas, como desmatamento, degradação de solos, poluição de rios e desmonte sociocultural de comunidades, entre demais consequências. E os problemas não diminuíram [nos dias atuais]” (SATERÉ; ALBUQUERQUE; JUNQUEIRA, 2021, p. 109).

Conjecturamos, em suma, que processos de miscigenação forçada e exclusão social foram realizados em larga escala. Os Sateré-Mawé, em particular, sentiram na prática a negação à democracia e as atividades antidecolonialidades do militarismo, a ponto de ainda hoje trabalharem para reaver rituais, rezas e caçadas, princípios evocadores de memórias e representatividades do Andirá-Marau.

RELAÇÕES DECOLONIAIS, ANTIDECOLONIAIS E CONSIDERAÇÕES POSSÍVEIS

Para que fossem operadas reflexões acerca de rituais, rezas e caçadas Sateré-Mawé em âmbito de ideias sobre decolonialidade e antidecolonialidade, justapostas no cenário da afirmação de narrativas oriundas do Andirá-Marau contrapondo-se à história oficial da ditadura no Brasil (FIGUEIREDO, 2011), trabalhamos marcação teórica a partir do que suscitaram nativos das terras baixas da América do Sul. Partimos de pressupostos epistemológicos Sateré-Mawé, prioritariamente, e os associamos ao que entendemos por similares pensamentos, igualmente partilhados por povos originários. Senão, vejamos.

Em *Brincando de onça e de cutia entre os Sateré-Mawé* (ALBUQUERQUE; JUNQUEIRA, 2017) é destacado que a etnia do Andirá-Marau busca compor sua hierarquia clânica porque disso depende a cosmovisão da nação. “Um clã tende a demarcar aquilo que é dele e aquilo que vem do outro, o que está dentro e fora, como dualidade entre o bom e o mau caráter, destravando interpretações acerca do poder das relações e humanidades” (p. 62). Assim sendo, “classificações sociais de mundo e classificações mentais são cristalizadas entre diálogos de um [clã] com outro, [...] e a memória é eminentemente um fenômeno social, um algo a mais construído a partir de vivências coletivas” (p. 47).

A mesma tendência relativa aos Sateré-Mawé se discute em *O tacape do diabo e outros instrumentos de predação* (PAIVA *et al.*, 2019), quando são projetadas por Nozinho e Colombo, duas personagens étnicas importantes no Andirá-Marau e entorno (cidade de Parintins/AM e Barreirinha/AM), dificuldades relacionais entre nativos e não nativos no Baixo Amazonas. Para eles, o mercado os fazia (e os faz) esquecer sobre seus clãs, sobre quem eram, e isso os fragmentava enquanto indivíduos de cosmovisão ancestral pré-colombiana (pp. 104-106). Ou seja, suas memórias, para eles, velhos Sateré-Mawé, agora se moldavam segundo fenômeno social de maneira perversa porque iam de encontro a interesses de não-indígenas.

Prisma singular acerca do disposto é tratado por Kaká Werá Jecupé, que denuncia desmandos das FFAA em relação a práticas sensíveis e metassensíveis de ameríndios. Jecupé, assim como os Sateré-Mawé, chama atenção à necessidade de “descobrirmos os brasis, de descobirmos os brasileiros, de conversarmos juntos ao pé do fogo” (2002, p. 17). Ritualisticamente, a expressão “ao pé do fogo” equivale a modo de ajuntamento plural, de coletividade ordenada, em ação-reflexão-ação, associada a planos educacionais e comunicacionais, tal como a etnia do Andirá-Marau destaca. A atividade concorre para que compreendamos produtivismo e consumismo capitalistas, tão caros a projetos GPIs na Amazônia, como agenciamentos de crises impulsionadas por desenvolvimentismos e protosupremacismos.

Acerca da ação decolonial, destacamos Freire (2002, p. 44) em consonância aos Sateré-Mawé, quando escreve que a autorreflexão levaria as massas “ao aprofundamento consequente de uma tomada de consciência”. Aqui, alerta-se sobre o quão necessário é o caminho pedagógico rumo à inserção de humanidades autóctones, originárias, pré-conquista, contra o grande capital (mercado) “não mais como espectadoras da história, mas como precursoras”. Cremos que Freire (IB., *op. cit.*) propunha sistemática de fomento a saberes originários mediante construção de cunho ancestral, por exato no âmbito a que se referem os nativos amazônicos do Baixo Amazonas (2020, p. 20): “[...] via celebrações e iniciações [de rituais, rezas e caçadas] que servem para limpar a mente e compreender a tradição, que nada mais é senão a leitura de ensinamentos registrados no movimento da natureza interna do ser”.

Igualmente como se dá para a referida etnia amazônica em foco, ensinamentos se iniciam “sempre pelo nome das coisas, pois todas as palavras têm espírito” (JECUPÉ, 2020, p. 20). Ou seja, tanto Jecupé (ID., *op. cit.*) quanto Freire (ID., *op. cit.*) parecem concordar com os Sateré-Mawé sobre o fato de que rituais, rezas e caçadas se traduzem como conscientizações históricas dentro de espaços cerimoniais e com fins decoloniais. O papel de pessoas nativas que, a partir de espaços cerimoniais de ensino, fomentam relações sociais, perpassa por alianças e conflitos, discórdias e associações, antagonismos e laços, dissidências e fusões, incompatibilidades e religações (KRENAK, 2019).

Kopenawa (2015), assim como Krenak (ID., *op. cit.*) e os Sateré-Mawé, afirma que gentes das matas possuem formas de existência que não a dos brancos. “Cantar, dançar e viver experiências mágicas de suspender o céu é comum. Suspender o céu é ampliar o horizonte.

Não o horizonte prospectivo, mas o existencial. É enriquecer as subjetividades” (KRENAK, 2019, p. 32).

Assumimos, portanto, dentre as propostas nas áreas educativa e comunicacional abrangentes de rituais, rezas e caçadas, a importância do ensino aprendizagem de diferentes linguagens para posturas e leituras de mundo, todas decoloniais e de forte tendência nativa. Esse plano de pensar, segundo Mignolo (2017, p. 15), “desvincula-se de cronologias construídas por epistemes ou paradigmas modernos, pós-modernos, altermodernos, newtonianos, quânticos ou relativistas”. Para ele, não é que “epistemes e paradigmas sejam alheios ao pensamento decolonial. Não poderiam sê-lo. Mas deixaram de ser as únicas referências de legitimidade” (ID., *op. cit.*, p. 15). O suposto dialoga no sentido de Santos (2011, p. 286), quando sublinha a coisificação de pessoas associada à personificação de coisas, ambos exercícios que desvinculam saberes ancestrais à boa educação e comunicação.

Pensar, portanto, nesse movimento dos Sateré-Mawé contextualizado por rituais, rezas e caçadas engendra dinâmicas de inclusão e cidadania dirigidas a práticas pedagógicas e comunicativas vinculadas à interculturalidade e decolonialidade. Ou seja, no ato de evocar o passado, de trazer à baila supostos crimes da ditadura contra a educação espiritual nativa dos Sateré-Mawé, verificamos, a partir das narrativas, a precisão de se registrar essa parte da história porque é a história de todos nós.

Nas palavras de Kopenawa e Albert (2015, p. 410): “[...] quando eu não estiver mais aqui, queime minhas coisas e viva nesta floresta que deixo para você. Vá caçar e abrir roças nelas, para alimentar seus filhos e netos. Só ela não vai morrer nunca!”. Aqui está a memória. Não está em coisas, objetos e mercadorias, isso tudo é esquecimento de não indígenas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ações de reconstrução educativa e comunicacional são decoloniais por princípio (SOARES, 2004). Prestam-se a alianças entre sabedorias indígenas e de brancos. Significa que processos de resistência e luta contra colonialismos ocorrem a partir de rupturas ante posicionamentos eurocêntricos, do passado, retirando do silêncio não somente povos do Andirá-Marau, como pretendemos indicar, mas impulsionando uma conjuntura populacional histórica.

Mediante interpretação e análise de dados de campo, concluímos que a constituição de rituais, rezas e caçadas Sateré-Mawé impactados pela ditadura militar passou por processos de

ruptura e continuidade. Ou seja, o militarismo não conseguiu extinguir as práticas cerimoniais, mas ao longo de processos memoriais narradas por lideranças nativas cosmopolíticas duras lembranças referentes a tais experiências vivenciadas precisam ser mais bem compreendidas e debatidas. Isso, inclusive, mostra-se como fator determinante a supostas ações de reconstrução de indianidades amazônicas segundo bases decoloniais, contra apagamentos históricos promovidos pelo regime.

Cremos, em suma, por causa do grau de transmissão de conhecimentos decoloniais de velhos para jovens na Amazônia Central, serem imprescindíveis incentivos estatais para que educação e comunicação venham a ser fortalecidas e difundidas mediante esteios decoloniais. Deste modo, ambas as áreas se apresentam como perspectivas para a consciência histórica fortalecedora da ancestralidade indígena.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, R. **Balbina, vidas dilaceradas**. Alexa Cultural/EDUA, São Paulo/SP, Manaus/AM. 2019

ALBUQUERQUE, R. *et al.* Casos de 'roubo paralelo' nas fronteiras interétnicas: sofrimento mental no Baixo Amazonas/AM, Amazônia Central. **Comunicare (São Paulo)**, v. 16, p. 140-156. 2016.

ALBUQUERQUE, R.; JUNQUEIRA, C. **Salto de Onça para Cutia entre os Sateré-Mawé**. 1ª edição. Manaus/Amazonas: Editora da Universidade Federal do Amazonas. v. 1.232p. 2017.

ALBUQUERQUE, R. *et al.* Saltando da onça para a cutia na aldeia Sateré-Mawé/AM. **CONTRIBUIÇÕES PARA AS CIÊNCIAS SOCIAIS**, v. janeiro-mar, pág. online-atual. 2018.

BAINES, S. **É a Funai que sabe: a frente de atração Waimiri-Atroari**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1991. (Coleção Eduardo Galvão).

BAPTISTA, Â. M. **Relatório sobre a área indígena Waimiri-Atroari**. Brasília, DF: [s.n.], 30 jul. 1981.

BRASIL SECRET/CIA, 1974. **Documento - Agência Central de Inteligência, Gabinete do Diretor da Central de Inteligência, Trabalho 80M01048A**: Arquivos de Assunto, Caixa 1, Pasta 29: B-10: Brasil. Segredo; [restrição de manuseio não desclassificada]. 2022. Disponível em <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus196976ve11p2/d99?platform=hootsuite> – cf. original depositado na CIA. Acesso em: 25 abr. 2022.

BENJAMIN, W. **Obras coletadas I: magia e técnica, arte e política.** Ensaio sobre literatura e história cultural. São Paulo: Editora Brasiliense. 1987.

BOURDIEU, P. **Ou poder simbólico.** Tradução de Fernando Tomaz. Difel/Bertrand Brasil. 1989.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia.** Traduzido Suely Rolnik. v. 4. Rio de Janeiro: Editora 34. 1997.

FIGUEIREDO, L. **Olho por olho: os livros secretos da ditadura.** Rio de Janeiro: Record, 2011.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2002.

JECUPÉ, K. W. **Uma terra de dois mil povos: história indígena do Brasil contada por um índio.** São Paulo: Peirópolis. 2020.

JECUPÉ, K. W. **Toda vez que dizemos adeus.** Fotos: Adriano Gambarini. São Paulo: TRIOM. 2002.

KRENAK, A. **Ideias para acrescentar ao fim do mundo.** São Paulo: Companhia das Letras. 2019.

KOPENAWA, D.; ALBERT, B. **A queda do céu: palavras de um xamã yanomami.** Tradução de Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo, Companhia das Letras. 2015.

MCCALLUM, C. Morte e pessoa entre os kaxinawá. **Mana**, v. 2, n. 2, p. 49–84, out. 1996. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mana/a/55XTFLfLqMX7LcfHc9xRc9y/#>. Acesso em 28 de agosto de 2024.

MIGNOLO, W. Desafios decoloniais folha. **Revista Epistemologias do Sul.** Foz do Iguaçu, n. 1 v. 1, p. 12-32. 2017.

MORAES, C. de P.; NEVES, E. G. O ano 1000: adensamento populacional, interação e conflito na Amazônia Central. **Amazônica** v. 4, n. 1, p. 122-148. 2012.

PAIVA, E. et al. **A tacape do diabo e outros instrumentos de predação.** 1ª edição. Manaus/AM e São Paulo/SP: Editora da Universidade Federal do Amazonas (Edua) e Alexa Cultural. 2019.

RODRIGUES, R. A.; TRINDADE, D.; BITTENCOURT, M. Trabalhadores na produção da essência de rosa na Amazônia. **Revista Novos Cadernos NAEA**, v. 19, p. 173-191. 2016.

RODRIGUES, R. A. **Sufrimento Mental dos Povos Indígenas da Amazônia.** Universidade Federal do Amazonas. Núcleo de Estudos e Pesquisas em Ambientes Amazônicos – NEPAM, Editora da Ufam – EDUA. 2014.

RODRIGUES, R. A.; FEARNSTIDE, P. M.; Índios Waimiri-Atroari impactados por tutela privada na Amazônia Central. **Novos Cadernos NAEA**, [S.l.], v. 17, n. 1, out. 2014. ISSN 2179-7536. Disponível em: <https://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/1427>. Acessos em: 28 ago 2024. doi:<http://dx.doi.org/10.5801/ncn.v17i1.1427>.

SANTOS, B. de S. **A crítica é indolente**: contra o desperdício de experiência. São Paulo: Cortez. 2011.

SANTOS, R. S.; RODRIGUES, R. A.; ANDRADE; F. A. Sociedade e cultura do povo Maraguá segundo a obra Maraguápèyára. **Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales**, octubre-diciembre, 2016. Disponível em <http://www.eumed.net/rev/cccss/2016/04/maragua.html>. Acessos em 28 de agosto de 2024.

SATERÉ, J.; ALBUQUERQUE, R.; JUNQUEIRA, C. **Kapi, uma liderança clínica e familiar**. EDUA/AM, Alexa, SP. 2020.

SATERÉ, J.; ALBUQUERQUE, R.; GORDIANO, J. **O Sateré-Mawé e o teatro de duas aulas**. 1ª edição. Manaus/AM e Embu das Artes/SP: EDUA e Alexa Cultural. 2022.

SAWAIA, B.B.; ALBUQUERQUE, R.; BUSARELLO, F. R. O paradoxo do isolamento durante a pandemia na visão do povo indígena Sateré-Mawé/AM. **Psicologia & Sociedade (ONLINE)**, v. 32, p. 35. 2020.

SCHADEN, E. **Aspectos fundamentais da cultura Guarani**. São Paulo, EPU/Edusp. 1974.

SCHWADE, E.; REIS, W. **Comitê da Verdade - Memória e Justiça do Amazonas**. 17 de outubro de 2012.

SOARES, I. de O. **Mas, afinal, o que é Educomunicação?** Universidade de São Paulo. Núcleo de Comunicação e Educação da Universidade de São Paulo. 2004. Em <http://www.usp.br/nce/wcp/arq/textos/27.pdf>. Acessos em 13 de março de 2023.

SOUZA, J. A elite do atraso: da escravidão à lava jato. São Paulo: LeYa Editorial, 2017. Resenha de: FERREIRA, Eduardo Mohana Silva. **Jornal de Economia Política e História Econômica**. São Paulo, v. 16, n. 45, p. 223-225, jan. 2021.

VIVEIROS DE CASTRO, E. **A inconstância da alma da selva e outros ensaios de antropologia**. São Paulo: Cosac Naify. 2002.

WALSH, C. **Pedagogias Decoloniais**. Práticas Insurgentes de resistir, (re)existir e (re)viver. Série Pensamento Decolonial. Editora Abya Yala. Equador. 2017.

WALSH, C. **Pensamento Crítico e Matriz (Des)colonial**. Reflexões Latino-Americanas. Quito: Abya Yala. 2005.

ⁱ O artigo foi retificado em 17 de outubro de 2024 para incluir uma nota de rodapé da autora Sueli do Nascimento, mencionando o financiamento recebido pela CAPES.